

HABEAS CORPUS Nº 492.451 - MT (2019/0036965-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : EDNO DAMASCENA DE FARIAS
ADVOGADO : EDNO DAMASCENA DE FARIAS - MT0111340
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : KLEIBSON CARLOS MIRANDA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **KLEIBSON CARLOS MIRANDA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Consta dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 18/5/2018, posteriormente convertida em preventiva, e denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 121, § 2º, incisos I e IV, 121, § 2º, incisos I e IV c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal, 14 e 16, ambos da Lei n. 10.826/2003, tudo em concurso material.

Inconformada com o excesso de prazo na custódia cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJMT, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa:

"*HABEAS CORPUS* – PRISÃO PREVENTIVA – HOMICÍDIO PRIVILEGIADO (2X) E HOMICÍDIO PRIVILEGIADO TENTADO – PRISÃO PREVENTIVA – EXCESSO INJUSTIFICADO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – IMPROCEDÊNCIA – DEMORA JUSTIFICADA – INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA – INSTRUÇÃO CRIMINAL CONCLUÍDA - FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO COMPROVADO – SÚMULA Nº 52 DO STJ - CONSONÂNCIA COM O PARECER ORDEM DENEGADA – MINISTERIAL.

1. O constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo injustificado, não se configura pela simples soma dos prazos processuais relativos à fase processual em que se encontra o feito, sendo imprescindível analisar-se, sob o pálio do Princípio da Razoabilidade, as características do processo, as razões pelas quais foram ultrapassados os prazos legais, bem como, se houve desídia da autoridade judiciária, o que não ocorreu no caso;

2. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso injustificado de prazo (Súmula 52 do STJ)." (e-STJ, fl. 21).

Nesta impetração, alega o impetrante ausência de excesso de prazo para a formação da culpa, em virtude de o paciente encontrar-se segregado cautelarmente há 260 dias, sem que a instrução criminal tenha encerrado, pois ainda aguardar as diligências probatórias requeridas pelo Ministério Público.

Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente.

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 143-144).

Informações apresentadas pelas instâncias de origem (e-STJ, fls. 148-155).
Parecer do Ministério Público Federal pela não concessão da ordem de ofício (e-STJ, fls. 159-164).

É o relatório.

Decido.

É manifesta a ausência de interesse de agir desta impetração, pois, conforme consulta ao sítio virtual do Tribunal de origem, o paciente foi pronunciado em 27/03/2019. Neste caso, aplica-se a Súmula 21 desta Corte "pronunciado o réu, fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo."

Eis o excerto da decisão de pronúncia proferida nos autos da Ação Criminal n.º 7409-22.2018.811.0064:

"2.4. Da manutenção da prisão preventiva.

Vejamos, a prisão foi realizada em observância às disposições legais, posto que demonstrou utilidade ao sistema processual penal e à sociedade, vez que presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Ademais, ao fim da instrução processual, não verifico qualquer elemento indicador de modificação no quadro fático ou ilegalidade, uma vez que a prisão processual dos denunciados fora decretada diante de fortes indícios de autoria e materialidade de ter praticado o delito de homicídio em desfavor das vítimas.

Nesse sentir, diante da gravidade dos delitos e considerando que os motivos determinantes da prisão se mantêm incólumes, ainda devido ao alarmante crescimento nos índices de homicídios nesta urbe, é necessário que o Poder Judiciário demonstre firmeza com homicidas, para salvaguardar a ordem pública. Destaco que a cidade de Rondonópolis figura entre as 100 mais violentas do país e, em até a presente data, já foram registrados mais de 20 crimes contra a vida.

3. Dispositivo.

PRONUNCIO os acusados Kleibson Carlos Miranda e Thiago Francisco Gomes para que sejam julgados perante o Tribunal Popular do Júri desta Comarca pela prática do delito, dos delitos descritos nos artigos 121, § 2º, I e IV do Código Penal, por duas vezes, em face das vítimas Maicon e Leandro; art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 14, II, todos do Código Penal em relação à vítima Cristian, bem como aos arts. 14 e 16 da Lei 10.826/2003, em concurso material de crimes, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal.

Mantenho a custódia cautelar dos increpados. Os réus não poderão aguardar o julgamento em liberdade, eis que, tendo sido presos por ordem judicial e encontrando-se recolhidos desde então, persistem os motivos ensejadores da prisão cautelar, quais sejam, a conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal, bem como, a garantia da ordem pública."

Em face do exposto, **julgo prejudicado o habeas corpus**.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

